ISSN Impresso 1809-3280 | ISSN Eletrônico 2177-1758
www. esmarn.tjrn.jus.br/revistas

ÍNDICE REMISSIVO TEMÁTICO
(PAGINAÇÃO BASEADA NOS VOLUMES IMPRESSOS)

DIREITO ADMINISTRATIVO

A CONCILIAÇÃO NO DIREITO PÚBLICO BRASILEIRO: A EXPERIÊNCIA DO CIRADS NO RIO GRANDE DO NORTE
Vol. 13.2, 229-246

A EFICÁCIA DO DIREITO DE PREEMPÇÃO NO PLANO DIRETOR
Vol. 6, 191-206

A LIVRE APRECIAÇÃO DO MAGISTRADO NA DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL
Vol. 3, 331-342

A QUESTÃO DA COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS NO EXAME DA ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS DE PROFESSOR APOSENTADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE COM VENCIMENTOS DE MÉDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vol. 7, 427-433

AGÊNCIAS REGULADORAS: AUTONOMIA E CONTROLE
Vol. 9, 223-254

ALTERAÇÃO NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E OBEDIÊNCIA AOS LIMITES DE VALOR DA MODALIDADE LICITATÓRIA QUE ANTECEDEU A CONTRATAÇÃO
Vol. 10, 217-230

CONTROLE JURISDICIONAL DA DISCRICIONARIEDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DESTINADOS AO AUMENTO DOS PREÇOS DA TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA
Vol. 8, 479-493

CONTROLE JURISDICIONAL E DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA
Vol. 1, 195-202

DIREITO ADMINISTRATIVO, NORMA JURÍDICA E ATO ADMINISTRATIVO
Vol. 2, 190-201

MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO, DECISÃO JUDICIAL E A RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS
Vol. 8, 221-245

MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DO EMPREGADO PÚBLICO
Vol. 7, 153-170

O CONTROLE JURISDICIONAL SOBRE OS ATOS EMANADOS PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE
Vol. 12.1, 45-74

O PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E A SÚMULA Nº. 343 DO STJ
Vol. 9, 313-328

OS DUTOS DE TRANSPORTE DO GÁS NATURAL E A REGULAÇÃO DO LIVRE ACESSO NO BRASIL: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E ATUAIS
Vol. 7, 283-303

OS LIMITES DO CONTROLE JURISDICIONAL SOBRE A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA: UM ESTUDO À LUZ DA PRINCIPIOLOGIA CONSTITUCIONAL
Vol. 10, 231-254

TEORIA DO FATO CONSUMADO: APLICAÇÃO E EFICÁCIA À LUZ DA SEGURANÇA JURÍDICA
Vol. 13.1, 25-50

DIREITO AMBIENTAL

A CONFIGURAÇÃO CONSTITUCIONAL DA PROPRIEDADE DAS MINAS E A RESPONSABILIZAÇÃO PELOS DANOS AMBIENTAIS NUM CONTEXTO DE ECONOMIA DE MERCADO
Vol. 3, 437-461

A ECONOMIA PERVERSA: O IMPACTO DOS MERCADOS SOBRE O MEIO AMBIENTE
Vol. 6, 239-256

A IMPORTÂNCIA DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS PARA A DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Vol. 6, 77-86

A MATRIZ TEÓRICA DO DIREITO AMBIENTAL: UMA REFLEXÃO SOBRE O FUNDAMENTO DA NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
Vol. 3, 71-83

A REGULAÇÃO DA ÁGUA NOS CAMPOS PETROLÍFEROS
Vol. 3, 471-496

A RESERVA FLORESTAL LEGAL EM SEU DEVIDO LUGAR: UMA BREVE VISADA CRÍTICA NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS SOB A ÓPTICA DE PRINCÍPIOS CARDEAIS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO
Vol. 7, 227-244

A SOLIDARIEDADE SOCIAL E A CIDADANIA NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO A UM MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO
Vol. 3, 175-184

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) E O DIREITO DO CIDADÃO A UM SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO EFICIENTE: ANÁLISE ACERCA DA ATUAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE
Vol. 12.2, 175-196

ANÁLISE JURÍDICA DA POLUIÇÃO SONORA
Vol. 3, 557-574

ANALISI CRITICA DEL C.D. “CODICE AMBIENTALE”: UNA RACCOLTA DI LEGGI AMBIENTALI, NON UN VERO E PROPRIO TESTO UNICO
Vol. 7, 45-52

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, CONFORME A LEI Nº 9.985/2000: SUAS CARACTERÍSTICAS E REGIME JURÍDICO-AMBIENTAIS
Vol. 8, 371-400

ASPECTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL EM MATÉRIA AMBIENTAL
Vol. 8, 583-600

ASPECTOS GENERALES DE LA PROTECCIÓN JURÍDICA AMBIENTAL DE LA ACTUAL UNIÓN EUROPEA
Vol. 12.1, 25-44

ASPECTOS GERAIS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL
Vol. 2, 324-346

AVANÇOS E RETROCESSOS DO DIREITO DO AMBIENTE NA EUROPA COMUNITÁRIA: ANÁLISE CRÍTICA DA DIRECTIVA 2004/35/CE RELATIVA A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL ..... Vol. 1, 74-94

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA EM MATÉRIA AMBIENTAL ..... Vol. 5, 579-594

CONFIGURAÇÃO JURÍDICA DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO ..... Vol. 4, 431-458

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA INJUSTA DISTRIBUIÇÃO DO DANO E DO RISCO AMBIENTAL NO ESPAÇO SOCIAL ..... Vol. 7, 411-425

ESTUDO COMPARATIVO DA PROTEÇÃO CONCENTRADA DO MEIO AMBIENTE NOS SISTEMAS CONSTITUCIONAIS DO BRASIL E DA COLÔMBIA ..... Vol. 4, 173-180

FUNDAMENTO E LIMITES DA INTERVENÇÃO DO ESTADO-JUIZ NA ATIVIDADE PRIVADA EM RELAÇÃO AO BEM AMBIENTAL ..... Vol. 5, 87-98

HISTÓRIA, DIREITO E MEIO AMBIENTE: DIÁLOGOS POSSÍVEIS ..... Vol. 8, 87-116

IL RECEPIMENTO DELLA DIRETTIVA EUROPEA 2004/35/CE IN MATERIA DI RESPONSABILITÁ PER DANNI ALL'AMBIENTE: UM INCONCILIABILE COMPROMESSO ALL'ITALIANA ..... Vol. 6, 49-56

JURISGAIA: A QUESTÃO AMBIENTAL E OS LIMITES DE SUA INVOCAÇÃO ..... Vol. 4, 411-430

LEI DE BIOSSEGURANÇA E DEFESA DO MEIO AMBIENTE: A NECESSIDADE DE PREVINIR OS RISCOS LABORAIS ..... Vol. 2, 57-81

LIBERDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL ..... Vol. 1, 166-175

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO ..... Vol. 6, 359-37

O ATUAL ESTADO REGULATÓRIO E A PROTEÇÃO AMBIENTAL: ANÁLISE DAS ATRIBUIÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO
Vol. 11, 335-350

O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA: ASPECTOS DA PROTEÇÃO JURÍDICA DA FAUNA
Vol. 7, 345-375

OMISSÃO INDIRETA E RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL DO ESTADO
Vol. 4, 153-172

OUTORGA DE DIREITO DE USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
Vol. 8, 563-582

PRESSUPOSTOS PARA UMA TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL
Vol. 1, 127-165

RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL: ANÁLISE DO SEU REGIME JURÍDICO
Vol. 11, 285-298

RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL NA ATIVIDADE DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS
Vol. 12.2, 157-174

RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA NOS CRIMES AMBIENTAIS
Vol. 3, 217-230

RESTRIÇÕES À LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E À SAÚDE PÚBLICA NA UNIÃO EUROPÉIA
Vol. 7, 123-138

UMA CONCEPÇÃO DE MEIO AMBIENTE
Vol. 8, 27-36

DIREITO CIVIL

A BOA-FÉ CONTRATUAL NOS REGIMES JURÍDICOS DO CÓDIGO CIVIL E DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
Vol. 4, 349-358

A COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA PRESUNÇÃO DE PATERNIDADE
Vol. 11, 319-334

A FAMÍLIA PELA ÓPTICA PSICANALÍTICA
Vol. 5, 147-158

A RESPONSABILIDADE PROSPECTIVA COMO PRINCÍPIO IMPLÍCITO NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA
Vol. 13.2, 45-70

A REVISÃO CONTRATUAL: PRINCÍPIOS INFORMADORES E NOVAS PERSPECTIVAS
Vol. 3, 353-368

A SISTEMÁTICA DAS CLÁUSULAS GERAIS NO NOVO CÓDIGO CIVIL
Vol. 5, 455-470

ABUSO DE DIREITO E O SEU CONHECIMENTO DE OFÍCIO PELO JUIZ
Vol. 11, 09-20

ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR PARCEIROS HOMOSSEXUAIS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE
Vol. 3, 125-148

ADOÇÃO DE FATO E A POSSIBILIDADE DE SEU RECONHECIMENTO PÓSTUMO
Vol. 5, 553-578

ADOÇÃO POR CASAIS HOMOSSEXUAIS: DO PRECONCEITO À JUSTIÇA
Vol. 5, 529-544

BREVE ESCORÇO ACERCA DA RESPONSABILIDADE CIVIL NA WEB
Vol. 12.2, 09-30

DANO MORAL COLETIVO
Vol. 7, 199-225

DOS ALIMENTOS GRAVÍDICOS
Vol. 12.1, 135-142

LIAMES ACERCA DA NOVA CONCEPÇÃO DO DIREITO DE FILIAÇÃO: A AFETIVIDADE FAMILIAR EM DETRIMENTO DA PERSPECTIVA GENÉTICA
Vol. 8, 515-529

LINEAMENTOS DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA NO DIREITO CONTRATUAL CONTEMPORÂNEO: UMA RELEITURA NA PERSPECTIVA CIVIL-CONSTITUCIONAL
Vol. 14.1, 165-198

O DIREITO AO CONHECIMENTO DA ASCENDÊNCIA BIOLÓGICA COMO UM NOVO DIREITO DA PERSONALIDADE
Vol. 6, 87-112

O INSTITUTO DA POSSE NO ÂMBITO INDÍGENA
Vol. 7, 245-261

O PRINCÍPIO DA SOBERANIA DA VONTADE NO DIREITO PRIVADO: PERSPECTIVA HISTÓRICA, POLÍTICA, ECONÔMICA, JURÍDICA E FILOSÓFICA
Vol. 2, 27-40

O RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR
Vol. 3, 419-436

O SUPRIMENTO DE IDADE PARA MATRIMÔNIO FRENTE À MODIFICAÇÃO PENAL
Vol. 3, 287-298

REFLEXOS DOS DIREITOS HUMANOS NAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO FACE ÀS DECISÕES DO STF
Vol. 14.1, 99-121

REGIME JURÍDICO DE PROTEÇÃO À PROPRIEDADE INDUSTRIAL NO BRASIL
Vol. 13.1, 173-194

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ENFERMEIRO
Vol. 2, 260-269

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PERANTE OS MALEFÍCIOS ORIUNDOS DA GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO
Vol. 9, 33-56

RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO NA CIRURGIA PLÁSTICA ESTÉTICA
Vol. 3, 29-52

TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL OU DO INADIMPLEMENTO DE ESCASSA IMPORTÂNCIA: REFLEXOS DA BOA-FÉ OBJETIVA
Vol. 11, 231-252

UMA REFLEXÃO SOBRE O PROBLEMA DO INÍCIO DA PERSONALIDADE JURÍDICA
Vol. 5, 229-254

DIREITO CONSTITUCIONAL

15 ANOS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO: BREVE RETRATO DO MAIOR ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DO PAÍS
Vol. 9, 115-140

A COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA SOLUÇÃO NO CASO “SIEGFRIED ELLWANGER” JULGADO PELO STF
Vol. 7, 171-198

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A POSSE DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS
Vol. 14.1, 47-72

A FISCALIZAÇÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO
Vol. 14.1, 11-46

A FORÇA NORMATIVA DAS DIRETRIZES DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE DO BRASIL
Vol. 6, 227-238

A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA OFERECIDO PELA ENTIDADE FAMILIAR COMO GARANTIA REAL EM FAVOR DE PESSOA JURÍDICA
Vol. 4, 37-52

A IMPORTÂNCIA DA POSTURA DO JUIZ CRIMINAL PARA A DEFESA DO REGIME CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO À LIBERDADE
Vol. 6, 63-76

A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI MARIA DA PENHA SOB O PRISMA DA IGUALDADE CONSTITUCIONAL
Vol. 5, 59-72

A INTERPRETAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: INTERPRETAR É ARGUMENTAR POR MEIO DE PRINCÍPIOS
Vol. 5, 197-214

A LEGISLAÇÃO CONFORMADORA E RESTRITIVA NA DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
Vol. 9, 87-98

A LIBERDADE DE IMPRENSA FRENTE AO DIREITO À PRIVACIDADE
Vol. 5, 159-172

A OBRIGAÇÃO ESTATAL DE PRESTAÇÃO DO "TRATAMENTO ADEQUADO" E O CARÁTER PRINCIPIOLÓGICO DA TUTELA À SAÚDE
Vol. 13.2, 171-188

A POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO JUDICIAL NAS CHAMADAS POLÍTICAS PÚBLICAS
Vol. 1, 380-392

A PROBLEMÁTICA DA EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS
Vol. 13.2, 71-90

A QUESTÃO DA INEFICÁCIA SOCIAL DA CONSTITUIÇÃO E OS NOVOS RUMOS NA ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
Vol. 2, 351-368

A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL E O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA
Vol. 9, 291-312

A REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E OS EFEITOS PRODUZIDOS NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE
Vol.12.1,211-232

A VOTAÇÃO UNÂNIME NO JÚRI E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL
Vol. 2, 290-306

ACESSO SUBSTANCIAL DOS DISCRIMINADOS À JUSTIÇA
Vol. 3, 19-26

ALGUNAS CONSIDERACIONES CRÍTICAS SOBRE LOS PROCESOS CONSTITUYENTES EM ECUADOR Y VENEZUELA
Vol. 6, 307-316

AMICUS CURIAE: O PLURALISMO DEMOCRÁTICO E O PROCESSO DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL
Vol. 2, 270-289

APONTAMENTOS PARA UM CONCEITO JURÍDICO DE CIDADANIA
Vol. 1, 31-72

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL: CONCEITO, PRINCIPAIS ASPECTOS, MODALIDADES E EFEITOS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Vol. 7, 97-121

AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO E O DEVIDO PROCESSO LEGAL
Vol. 4, 339-348

ASPECTOS CONSTITUCIONAIS DA INTERCEPTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES EM SALAS DE BATE-PAPO VIRTUAIS
Vol. 11, 37-50

BREVE ESTUDO ACERCA DA DELIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL DA COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Vol. 7, 263-282

BREVES NOTAS ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA OBEDIÊNCIA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS
Vol. 5, 73-86

COLISÃO ENTRE O DIREITO AO CONHECIMENTO DA ASCENDÊNCIA BIOLÓGICA E O DIREITO À INVIOLABILIDADE DO CÓDIGO GENÉTICO
Vol. 11, 79-102

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA: EVOLUÇÃO E FRAGILIDADES – ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Vol. 1, 176-198

CONFLITO DE INTERESSES NO ÂMBITO CONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE
Vol. 9, 329-350

CONTROLE JURISDICIONAL SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE
Vol. 5, 505-518

DA INCONSTITUCIONALIDADE DAS NORMAS PENAIS EM BRANCO HETEROGÊNEAS
Vol. 8, 37-56

DIREITO CONSTITUCIONAL À INFORMAÇÃO: REFLEXOS SOBRE GARANTIAS POSSÍVEIS
Vol. 3, 575-590

DIREITOS SOCIAIS: EM BUSCA DE UMA JUSTICIABILIDADE POSSÍVEL
Vol. 11, 155-172

DOS LIMITES E POSSIBILIDADES DA APLICAÇÃO DO HABEAS DATA
Vol. 9, 141-156

FUNÇÃO JURÍDICO-ORIENTADORA DA DEFENSORIA PÚBLICA
Vol. 12.2, 211-228

EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: O PAPEL DAS SÚMULAS VINCULANTES NA TUTELA DE INTERESSES COLETIVOS
Vol. 12.1, 09-24

ENSAIO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DO PROVIMENTO DOS CARGOS EM COMISSÃO
Vol. 5, 347-360

HABEAS CORPUS E O DIREITO AO SILÊNCIO NAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO: GARANTIA CONSTITUCIONAL OU MUNIFICÊNCIA DOS TRIBUNAIS
Vol. 4, 129-138

INCONSTITUCIONALIDADE DA URNA ELETRÔNICA
Vol. 3, 279-286

JUÍZO PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS ANTES DE SUA ENTRADA EM VIGOR: UMA CONTRIBUIÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA
Vol. 8, 315-352

JUSTIÇA VIRTUAL: A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E A AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA PELO CIDADÃO
Vol. 7, 329-343

LIBERDADE CONSTITUCIONAL DE GÊNERO: LEI MARIA DA PENHA
Vol. 5, 315-332

LIMITES À RETROATIVIDADE DO PRECEDENTE UNIFORMIZADOR DE JURISPRUDÊNCIA
Vol. 11, 51-78

MEDIDA PROVISÓRIA 417/08 E SUA QUESTIONÁVEL CONSTITUCIONALIDADE: A QUESTÃO DA ABORDAGEM DE MATÉRIA PENAL
Vol. 9, 185-200

MINISTÉRIO PÚBLICO – TRAÇOS DE SUA ORIGEM
Vol. 1, 260-278

MODULAÇÃO TEMPORAL DE EFEITOS NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
Vol. 10, 171-190

NOVA LEI FRANCESA DE LAICIDADE E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS: ENSAIO INTRODUTÓRIO
Vol. 6, 317-358

O CONSTITUCIONALISMO ECONÔMICO: ESTUDO SOBRE O PRINCÍPIO DA PROPRIEDADE PRIVADA E O DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE
Vol. 4, 267-286

O CONTROLE JURISDICIONAL DA OMISSÃO INCONSTITUCIONAL – A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO E O MANDADO DE INJUNÇÃO
Vol. 3, 95-112

O DIREITO À SAÚDE E O RETROCESSO/REVISÃO DO POSTULADO FUNDAMENTAL DO SER HUMANO: SINTOMAS E HIÂNCIA
Vol. 12.2, 143-156

O EFEITO PERANTE TERCEIROS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA APLICAÇÃO NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA
Vol. 13.2, 313-338

O ESTADO DE EXCEÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988
Vol. 11, 121-136

O PODER MODERADOR COMO ORIGEM DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL
Vol. 4, 195-224

O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE EM FACE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA BOA-FÉ
Vol. 2, 105-113

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA VALIDADE NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES PRIVADAS
Vol. 1, 336-362

OS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS E SUA UTILIZAÇÃO COMO PARÂMETRO DE AFERIÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DAS NORMAS
Vol. 13.2, 247-266

PENA DE MORTE: SOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA OU VIOLAÇÃO DO DIREITO À VIDA?
Vol. 7, 139-152

PONDERAÇÃO CONSTITUCIONAL – A LIBERDADE DO ÓRGÃO JURISDICIONAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
Vol. 5, 299-314

PROPRIEDADE COMO DIREITO INDIVIDUAL E COMO PRINCÍPIO DA ORDEM ECONÔMICA
Vol. 8, 353-370

RECALL: INSTRUMENTO GARANTIDOR DA LEGITIMIDADE REPRESENTATIVA
Vol. 1, 242-249

SÚMULA VINCULANTE: SOLUÇÃO OU EXCRESCÊNCIA JURÍDICA?
Vol. 9, 57-86

SÚMULAS VINCULANTES
Vol. 4, 225-236

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, LEGITIMIDADE E CORTE CONSTITUCIONAL
Vol. 8, 247-273

UMA NOVA ROUPAGEM PARA A INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Vol. 5, 471-480

VIDA E ARBÍTRIO INDIVIDUAL: O DEVER MÉDICO VERSUS A LIBERDADE RELIGIOSA
Vol. 9, 157-184

DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

A TUTELA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PELO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL
Vol. 14.1, 73-97

CONFLITO ENTRE A SEPARAÇÃO DOS PODERES E OS PRINCÍPIOS DA PROTEÇÃO INTEGRAL E PRIORIDADE ABSOLUTA: DIREITOS GARANTIDOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Vol. 2, 236-243

DIREITO PENAL JUVENIL E ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Vol. 13.2, 207-228

O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA SANCIONAL JUVENIL NA ALEMANHA
Vol. 13.1, 51-64

O INSTITUTO PRESCRICIONAL NA AÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA
Vol. 3, 407-418

DIREITO DO CONSUMIDOR

A DEFESA DO CONSUMIDOR E A FALTA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA A REGULAÇÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL
Vol. 9, 255-290

A OUTORGA DE CRÉDITO AO CONSUMIDOR
Vol. 8, 11-25

APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC NA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS VIA REDE ELETRÔNICA
Vol. 4, 115-128

DIREITO À INFORMAÇÃO QUALIFICADA NA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE: ESTUDO DAS IMPLICAÇÕES DA DIFERENÇA ENTRE CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU E TÍTULO DE ESPECIALISTA EM DERMATOLOGIA
Vol. 13.2, 267-290

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA NA DEFESA DO CONSUMIDOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Vol. 5, 393-402

DIREITO DO TRABALHO

A REALIDADE DO TELETRABALHO NO BRASIL E NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS
Vol. 12.1, 103-116

AS RELAÇÕES LABORAIS E O USO DAS TECNOLOGIAS INFORMÁTICAS: O CASO ESPANHOL
Vol. 2, 244-259

O ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS
Vol. 7, 61-73

O TELETRABALHO DENTRO DE UMA VISÃO MAIS AMPLA DA SUBORDINAÇÃO JURÍDICA
Vol. 3, 507-522

PRESSÃO, SOBRECARGA DE TRABALHO E REALIZAÇÃO DE TAREFAS FORA DA JORNADA DE TRABALHO – A FACE MAIS OBJETIVA DO ASSÉDIO MORAL
Vol. 6, 207-226

UMA NOVA MANEIRA DE TRABALHAR: TELETRABALHO – CONCEITO E A LEI APLICÁVEL
Vol. 3, 113-124

DIREITO ECONÔMICO

O PAPEL DO DIREITO ECONÔMICO COMO FATOR DE CONCILIAÇÃO ENTRE O LIBERALISMO E O SOCIALISMO
Vol. 2, 307-323

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS E SOCIAIS E SUA EFETIVAÇÃO JURÍDICO-POLÍTICA NA ORDEM ECONÔMICA
Vol. 7, 305-327

OS DESAFIOS REGULATÓRIOS DO PRÉ-SAL E OS SEUS REFLEXOS NA ATUAÇÃO DA ANP
Vol. 13.1, 141-156

UMA ABORDAGEM ACERCA DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS BALIZADORES DO DIREITO ANTITRUSTE: EFICIÊNCIA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS
Vol. 10, 83-104

DIREITO ELEITORAL

A DUPLA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA SOB A ÓTICA DA LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS (LEI Nº 9.096/95)
Vol. 4, 139-152

A INELEGIBILIDADE DO NÃO-ALFABETIZADO COMO INIBIDORA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA
Vol. 13.1, 117-140

A REPRESENTAÇÃO ELEITORAL PREVISTA NO ART. 30-A DA LEI DAS ELEIÇÕES: ASPECTOS PROCESSUAIS E ESTUDO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO
Vol. 10, 105-130

DIREITO EMPRESARIAL

A LEI 11.101/05 APLICADA AO CASO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA VARIG
Vol. 10, 255-272

A REGULAÇÃO DO INVESTIMENTO EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NO SETOR PETROLÍFERO BRASILEIRO
Vol. 5, 37-58

CÓDIGO CIVIL DE 2002: A RELAÇÃO ENTRE ADMINISTRADOR NÃO-SÓCIO E AS SOCIEDADES SIMPLES E EMPRESÁRIAS LTDA
Vol. 1, 319-335

LIMITAÇÕES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL: ESPECULAÇÃO NA NOVA LEI DE FALÊNCIA
Vol. 5, 595-606

LIVRE CONCORRÊNCIA
Vol. 5, 215-228

DIREITO INTERNACIONAL

A POSSIBILIDADE DA DENÚNCIA DE TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL E O CONGRESSO NACIONAL
Vol. 8, 495-514

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO PLANO SUPRANACIONAL: O CASO EUROPEU
Vol. 11, 299-318

AS SENTENÇAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E A EXECUÇÃO NO BRASIL
Vol. 8, 531-562

CONFLITOS SÓCIO-POLÍTICOS E JURÍDICOS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS DO NORDESTE SETENTRIONAL
Vol. 10, 33-46

DERECHO INTERNACIONAL, PROTECCIÓN DEL INVERSOR EXTRANJERO Y ACUERDOS BILATERALES, QUO VADIS?
Vol. 8, 57-86

DIREITO DA INTEGRAÇÃO: CAMINHO RUMO AO FIM DA SOBERANIA DOS ESTADOS?
Vol. 5, 481-504

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO COMPARADA DOS PAÍSES DO MERCOSUL
Vol. 8, 167-191

GLOBALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E DIREITO DO CONSUMIDOR COMPARADO: COTEJO DAS NORMAS DE DIREITO DO CONSUMIDOR DOS PAÍSES MEMBROS DO MERCOSUL
Vol. 6, 35-48

IBAS: REALIDADES E PERSPECTIVAS
Vol. 5, 361-376

O SISTEMA INTERNACIONAL DE PATENTES E SUA INSTRUMENTALIZAÇÃO
Vol. 7, 21-43

OS PROCEDIMENTOS DE TOMADA DE DECISÕES DO CONSELHO GERAL DA OMC, EXPRESSÃO OU NÃO DE DEMOCRACIA? UMA ANÁLISE DO ARTIGO IX DA ATA DE MARRAQUECHE
Vol. 5, 121-146

OS PROBLEMAS DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO: UMA VISÃO JURÍDICA, ECONÔMICA E COMERCIAL
Vol. 6, 19-34

DIREITO PENAL

A APLICAÇÃO DA EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE DO ART. 128, II, DO CÓDIGO PENAL AOS CASOS SE ANENCEFALIA: PREVALÊNCIA EXCEPCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA SOBRE O DIREITO À VIDA
Vol. 3, 185-206

A CESSAÇÃO DA PERICULOSIDADE E A APLICABILIDADE DA MEDIDA DE SEGURANÇA POR PRAZO INDETERMINADO SOB AS ÓTICAS CONSTITUCIONAL E PENAL
Vol. 10, 59-70

A CONCEPÇÃO MATERIAL DO TIPO PENAL E A IMPORTÂNCIA DA INSIGNIFICÂNCIA COMO CAUSA DE EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE
Vol. 1, 214-224

A CONTEMPORANEIDADE E O TRATAMENTO DOS ESTRANHOS À COMUNIDADE
Vol. 3, 263-278

A LEGÍTIMA DEFESA ANTECIPADA
Vol. 3, 299-312

A RESPONSABILIDADE PENAL DO ESTADO POR CRIMES AO AMBIENTE
Vol. 3, 545-556

ANENCEFALIA: ABORTO ILEGAL OU INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA?
Vol. 12.2, 105-124

ANTECEDENTES, REINCIDÊNCIA E REABILITAÇÃO À LUZ DO PRINCÍPIO DE CULPABILIDADE
Vol. 12.1, 143-160

APLICABILIDADE DA TENTATIVA NOS CRIMES UNISSUBSISTENTES
Vol. 3, 83-94

APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS
Vol. 10, 191-216

APONTAMENTOS JURÍDICOS ACERCA DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL
Vol. 10, 17-32

ASPECTOS POLÊMICOS DA RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA
Vol. 4, 181-194

BASES DE UMA TEORIA DO DELITO A PARTIR DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM
Vol. 14.1, 241-264

BONS ARGUMENTOS NO DIREITO PENAL
Vol. 14.1, 199-217

DISCURSO SOBRE O SISTEMA PENAL – UMA VISÃO CRÍTICA
Vol. 3, 523-544

FUNÇÕES DA PENA: PARADOXOS FÁTICOS DA TEORIA PREVENTIVA
Vol. 13.2, 147-170

NOTAS AO SISTEMA HUMANISTA DE BECCARIA: BREVE CONTRIBUTO À CONSTRUÇÃO DE UMA ANTINOMIA ENTRE BECCARIA E KAFKA
Vol. 2, 41-56

O FUNDAMENTO POLÍTICO DO DIREITO DE DEFESA E O SEU CONTRASTE NA CONTEMPORANEIDADE
Vol. 10, 71-82

O TRABALHO CARCERÁRIO COMO OPÇÃO DE REINSERÇÃO DO APENADO
Vol. 12.1, 169-192

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL E PRINCIPIOLÓGICA ACERCA DA AMPLIAÇÃO DO INSTITUTO DA GRANDE INVALIDEZ A OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
Vol. 12.1, 193-210

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

A APLICABILIDADE DA LEI 11.441/2007: INVENTÁRIO, PARTILHA, SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAIS
Vol. 8, 401-427

A CONCILIAÇÃO COMO FORMA DE SOLUÇÃO CÉLERE E EFICAZ DAS LIDES CÍVEIS
Vol. 8, 429-452

A ERA VIRTUAL DO PROCESSO JUDICIAL: A EXPERIÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS VIRTUAIS E O PROJETO DE LEI DE INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO
Vol. 3, 383-406

A IMPENHORABILIDADE DOS SALÁRIOS ANTE OS PRINCÍPIOS DA EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, DA PROPORCIONALIDADE E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
Vol. 10, 09-16

A IMPERATIVIDADE DO DIREITO POSITIVO E O PODER DO JUIZ NA APRECIAÇÃO DA MEDIDA LIMINAR
Vol. 12.1, 161-168

ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE: A EXEGESE DO §7º DO ART. 273 DO CPC
Vol. 3, 343-352

ANÁLISE ECONÔMICA DA EXECUÇÃO PENAL: RESSOCIALIZAÇÃO E REGIME SEMIABERTO
Vol. 13.2, 101-124

ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DA PARTE INCONTROVERSA DO PEDIDO: JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE?
Vol. 3, 369-382

APONTAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DAS MULTAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
Vol. 5, 545-552

ATIVIDADE INSTRUTÓRIA DO MAGISTRADO, IMPARCIALIDADE E IGUALDADE PROCESSUAL
Vol. 5, 415-432

BREVE ANÁLISE SOBRE O PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL NO PROCESSO CIVIL COMO MECANISMO DE CELERIDADE E EFETIVIDADE PROCESSUAIS
Vol. 1, 306-318

BREVIÁRIO: A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO DO CASO E SUAS REPERCUSSÕES NO PROCESSO CIVIL
Vol. 7, 401-409

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES NO SISTEMA RECURSAL CÍVEL BRASILEIRO PRESENTES NO ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
Vol. 12.1, 117-134

DA POSSIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO POSSUÍREM EFEITO SUSPENSIVO
Vol. 3, 20

DA PROMOÇÃO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PELA DEFENSORIA PÚBLICA
Vol. 12.1 89-102

DIREITO À PROVA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO
Vol. 13.2, 189-206

DIREITO PROCESSUAL E FILOSOFIA DO DIREITO: UMA VISÃO DO PROCESSO COM APORTE NA TEORIA DO DISCURSO – BREVÍSSIMAS CONSIDERAÇÕES
Vol. 4, 371-388

ESTUDO DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E O ERRO MATERIAL COMO CAUSA DE REVISÃO DOS PRECATÓRIOS JUDICIAIS
Vol. 2, 201-221

EXISTÊNCIA E VALIDADE DA RELAÇÃO PROCESSUAL
Vol. 1, 12-24

INSERÇÃO E PERSPECTIVAS DA TUTELA ESPECÍFICA DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO
Vol. 3, 497-506

JULGAMENTO FRACIONADO DA LIDE COM ANTECIPAÇÃO PARCIAL E DEFINITIVA DA TUTELA
Vol. 5, 183-196

O DIREITO DE DEFESA DURANTE O INQUÉRITO POLICIAL E A SÚMULA VINCULANTE 14 ..... Vol. 11, 253-284

O JULGAMENTO LIMINAR DAS AÇÕES REPETITIVAS E A MITIGAÇÃO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACESSO À JUSTIÇA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL ..... Vol. 5, 255-270

O JULGAMENTO LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA – UMA LEITURA SISTEMÁTICA DA LEI 11.277/2006 ..... Vol. 8, 275-313

O ÓBVIO QUE NÃO SE VÊ: A NOVA FORMA DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE ..... Vol. 2, 346-350

O PAPEL DO JUIZ NA TENTATIVA DA PACIFICAÇÃO SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DAS TÉCNICAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO ..... Vol. 6, 147-174

O PROCESSO CIVIL NO ESTADO CONSTITUCIONAL E O FENÔMENO DA "COMMONLAWLIZAÇÃO" DO DIREITO BRASILEIRO ..... Vol. 6, 175-190

O RECURSO DE AGRAVO NA NOVA SISTEMÁTICA DA LEI 11.187/2005 ..... Vol. 2, 114-140

O RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA PEC DOS RECURSOS ..... Vol. 13.2, 09-30

PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE O NOVO CONCEITO DE SENTENÇA E O PROBLEMA DA RECORRIBILIDADE ..... Vol. 4, 19-36

PRINCÍPIO DISPOSITIVO E O PUBLICISMO NO PROCESSO CIVIL ..... Vol. 3, 313-332

RECENTES ALTERAÇÕES DO CPC ..... Vol. 2, 157-188

UMA TEORIA INFORMATIVA DO PROCESSO SOB NOVOS PARADIGMAS ..... Vol. 14.1, 219-240

DIREITO PROCESSUAL PENAL

A EFETIVAÇÃO DA DEFESA PENAL DATIVA COMO SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL À FUNÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO
Vol. 5, 25-36

A IMPOSSIBILIDADE DE VEDAÇÃO LEGISLATIVA ABSOLUTA A LIBERDADE PROVISÓRIA: UMA CONSTRUÇÃO DO PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL
Vol. 3, 53-70

A LEGÍTIMA DEFESA PERMANENTE FRENTE AOS PRINCÍPIOS DA SOBERANIA DO JÚRI E DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO
Vol. 4, 359-370

A REVISÃO CRIMINAL, UM DIREITO NÃO SÓ DO CONDENADO, MAS TAMBÉM DA SOCIEDADE
Vol. 1, 202-213

A VALORAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NA DOSIMETRIA DA PENA
Vol. 5, 271-298

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A NECESSIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA VÍTIMA NOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU FAMILIAR (LEI 11.340/06)
Vol. 4, 105-114

CRITÉRIOS ORIENTADORES PARA A FIXAÇÃO DA PENA-BASE: EM BUSCA DA DEVIDA ADEQUAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE
Vol. 1, 117-125

DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE NO PROCESSO PENAL
Vol. 5, 377-392

DOS DEFEITOS DOS ATOS PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO PROCESSO PENAL
Vol. 2, 11-16

INQUÉRITO POLICIAL: APONTAMENTOS SOBRE SEU VALOR PARA A *PERSECUTIO CRIMINIS*
Vol. 5, 403-414

MINISTÉRIO PÚBLICO COMO AGÊNCIA DE *ACCOUNTABILITY*: CIFRAS BRANCAS DA IMPUNIDADE E INTERRUPÇÃO DO SISTEMA DE- JUSTIÇA
Vol. 2, 90-104

O ABUSO DA GARANTIA DE DEFESA NO PROCESSO PENAL: A RENOVAÇÃO DA DEFESA PENAL PROTELATÓRIA
Vol. 7, 75-88

O PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL NA APURAÇÃO DO ATO INFRACIONAL
Vol. 3, 461-470

TRIBUNAL DO JÚRI – UMA LEITURA DO ART. 487 DO CPP À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
Vol. 5, 433-454

UMA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL DA PRISÃO PREVENTIVA
Vol. 5, 105-120

DIREITO REGISTRAL IMOBILIÁRIO

QUALIFICAÇÃO REGISTRAL IMOBILIÁRIA DOS TÍTULOS JUDICIAIS: CRITÉRIOS E LIMITES CONFORME A DOUTRINA BRASILEIRA
Vol. 12.2, 49-76

DIREITO TRIBUTÁRIO

A EXTRAFISCALIDADE DO IPTU COMO INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANÍSTICO
Vol. 14.1, 317-338

A MARCHA DIALÉTICA DO ESTADO E DA TRIBUTAÇÃO: UMA ABORDAGEM HEGELIANA DOS MODELOS DE ESTADO E SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO REGULADOR FISCAL BRASILEIRO
Vol. 14.1, 145-164

A NORMATIVIDADE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS
Vol. 1, 103-115

CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: A BASE DE CÁLCULOS E O DESTINO DE SUA ARRECADAÇÃO
Vol. 2, 150-156

DIAGNÓSTICO DA INSTABILIDADE JURISPRUDENCIAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA NO BRASIL
Vol. 4, 237-266

FUNDAMENTOS PRINCIPIOLÓGICOS DO DIREITO E O DEVIDO PROCESSO LEGAL TRIBUTÁRIO
Vol. 4, 287-324

O PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO
Vol. 12.2, 31-48

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: O LIMITE DA LEGALIDADE DA CONDUTA DO CONTRIBUINTE
Vol. 4, 73-90

RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL
Vol. 13.2, 91-100

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Vol. 1, 363-379

ARGUMENTAÇÃO E HERMENÊUTICA

A ESPECIALIZAÇÃO DO SABER NO DIREITO
Vol. 8, 117-129

A LINGUAGEM JURÍDICA COMO ATO COMUNICATIVO: UMA CONCEPÇÃO SINTÁTICO-SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA
Vol. 2, 83-90

AS MOTIVAÇÕES DA SENTENÇA E A HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL: UMA NOVA CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA
Vol. 6, 113-136

HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS
Vol. 2, 141-149

HERMENÊUTICA CONTEMPORÂNEA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
Vol. 14.1, 123-144

O CAMINHO HERMENÊUTICO DO JURISTA NA APLICAÇÃO DAS NORMAS
Vol. 11, 103-120

REGRAS, PRINCÍPIOS, VALORES E POSTULADOS PARA BEM APLICAR O DIREITO
Vol. 6, 257-282

CIÊNCIA POLÍTICA

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE LIBERDADE: DA PRÉ-MODERNIDADE, À MODERNIDADE EM CRISE
Vol. 12.2, 125-142

A PASSAGEM DA LIBERDADE NATURAL PARA A LIBERDADE CONVENCIONAL: DILEMAS DA SOCIEDADE CONTRATUAL
Vol. 4, 91-104

A SEPARAÇÃO DE PODERES COMO FUNDADORA DE UMA PSEUDOLIBERDADE
Vol. 13.1, 195-208

ANÁLISE DO FEDERALISMO ANTI-COOPERATIVO BRASILEIRO PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 88: UMA REFORMULAÇÃO NECESSÁRIA
Vol. 3, 241-262

BIOPOLÍTICA E O CAMPO COMO PARADIGMA DO ESPAÇO POLÍTICO MODERNO: UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER, SOBERANIA E HOMO SACER
Vol. 11, 137-154

CIDADANIA, DIREITO, LIBERDADE E NOVA ÉTICA URBANA
Vol. 1, 225-241

DEMOCRACIA NO PODER JUDICIÁRIO
Vol. 1, 250-259

O JUDICIÁRIO FRANCÊS SOB A ÓTICA DE UM JUIZ BRASILEIRO
Vol. 8, 131-165

PRESIDENCIALISMO E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA
Vol. 6, 283-306

UM JUDICIÁRIO EFICIENTE
Vol. 8, 453-477

UMA ANÁLISE DA IDÉIA DE LIBERDADE NAS DIFERENTES FASES DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA
Vol. 5, 333-346

FILOSOFIA

A CONCEPÇÃO DE TEMPO NO LIVRO XI DAS CONFISSÕES DE SANTO AGOSTINHO
Vol. 1, 25-30

A PROVA ONTOLÓGICA EM ANSELMO, TOMÁS DE AQUINO E EM DESCARTES
Vol. 2, 17-26

CONCEPÇÕES DE DIREITO E DE ESTADO DOS SOFISTAS
Vol. 6, 137-146

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIGEM DA FILOSOFIA
Vol. 6, 57-62

CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA PARA A CIÊNCIA: UMA ILUSTRAÇÃO
Vol. 10, 47-58

DIREITO E LIBERDADE NA FILOSOFIA DE IMMANUEL KANT
Vol. 13.1, 65-78

JUSTIÇA COMO EQÜIDADE EM JOHN RAWLS: UMA LEITURA ACERCA DO SEU STATUS DE TEORIA ALTERNATIVA
Vol. 1, 393-399

LIBERDADE, VIOLÊNCIA E DIREITO: QUESTÕES DE MEIOS E DE FINS, UMA LEITURA EM MICHEL FOUCAULT E EM WALTER BENJAMIN
Vol. 8, 193-219

MORALIDADE E LEIS DE NATUREZA EM HOBBES
Vol. 4, 459-472

O HOMEM ANGUSTIADO
Vol. 5, 99-104

O PROBLEMA DA EQUIDADE DA PENA NA DOUTRINA DO DIREITO DE KANT
Vol. 13.2, 31-44

O PROBLEMA DA SIMPLICIDADE NO ÂMBITO DA CIÊNCIA
Vol. 9, 19-32

INTERDISCIPLINAR

CONSIDERAÇÕES SOBRE O LÓCUS DA MULHER NEGRA BRASILEIRA SOB AS PERSPECTIVAS DE GÊNERO E DE RAÇA
Vol. 13.2, 339-354

DELINQUÊNCIA JUVENIL NA COMARCA DE MOSSORÓ/RN: UMA QUESTÃO DE ORDEM NORMATIVA OU DE CUNHO POLÍTICO-SOCIAL?
Vol. 13.1, 79-116

PARA ALÉM DO DIREITO: O FENÔMENO TOTALITÁRIO
Vol. 12.1, 75-88

TRABALHO INFANTIL: DELINEAMENTOS BASILARES ACERCA DESSA NEFASTA REALIDADE ARRAIGADA NAS SOCIEDADES
Vol. 11, 209-230

PEDAGOGIA E METODOLOGIA

A EDUCAÇÃO POPULAR EM PAULO FREIRE: EXPERIÊNCIAS DO PROJETO ESTAÇÃO DE DIREITOS COMO SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA
Vol. 4, 325-338

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA DISCIPLINA DIREITO E DESENVOLVIMENTO NOS CURSOS JURÍDICOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
Vol. 4, 53-62

A NOVA DISCIPLINA DO CONTEÚDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS CURSOS JURÍDICOS: DIREITO MINERÁRIO
Vol. 5, 519-528

INTERDISCIPLINARIDADE: UMA CONCEPÇÃO EMERGENTE NO ENSINO SUPERIOR DE DIREITO
Vol. 3, 231-240

O FENÔMENO EVOLUTIVO DA METODOLOGIA CIENTÍFICA
Vol. 7, 89-95

PSICOLOGIA JURÍDICA

A AÇÃO DA PSICOLOGIA JURÍDICA FRENTE AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
Vol. 5, 173-182

SOCIOLOGIA

APONTAMENTOS PARA UMA CRÍTICA À TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
Vol. 7, 53-59

DO DIREITO CONSUETUDINÁRIO INGLÊS À IMPESSOALIDADE LEGAL: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO DESMANTELAMENTO DA SOLIDARIEDADE RURAL E O SURGIMENTO DE OUTRA BASEADA NO CÁLCULO SISTEMÁTICO TÍPICO DO MERCADO MODERNO
Vol. 9, 99-114

OS EXCLUÍDOS: UMA RECONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E ECONÔMICA DO ENVOLVIMENTO COM ENTORPECENTES NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN (1986-2003)
Vol. 7, 377-400

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA: A PERIFERIZAÇÃO DO CENTRO E O ESTADO DE EXCEÇÃO COMO PARADIGMA DE GOVERNO
Vol. 9, 201-222

A CONTRIBUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA CONCRETIZAÇÃO DA DEMOCRACIA: PAPEL E LIMITES DA JUSTIÇA SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA MAIORIA E DO PRINCÍPIO DO CONSTITUCIONALISMO
Vol. 13.2, 355-378

A DIMENSÃO OBJETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: É POSSÍVEL RECONHECER OS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO UMA ORDEM OBJETIVA DE VALORES?
Vol. 13.1, 09-24

A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO E A EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO
Vol. 11, 21-36

TEORIA DO DIREITO

A INFLUÊNCIA DO RACIONALISMO NO SISTEMA JURÍDICO
Vol. 12.2, 77-104

A POBREZA NO DIREITO E A POBREZA DO DIREITO
Vol. 4, 63-72

APONTAMENTOS ACERCA DA TEORIA ESTRUTURANTE DO DIREITO E A IMPORTÂNCIA DE SUA UTILIZAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO
Vol. 11, 193-208

DIREITO, HISTÓRIA E LITERATURA: REFLEXÕES A PARTIR DA OBRA DE JOÃO GUMES
Vol. 14.1, 289-315

HÁ JUSTIÇA NO SÉCULO XXI SEM OPERADORES DO SÉCULO XXI?
Vol. 4, 389-410

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO – UMA BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA
Vol. 1, 279-305

O DIREITO COMO CIÊNCIA
Vol. 12.2, 229-250

O PODER SIMBÓLICO RETÓRICO DOS DIREITOS HUMANOS NO DISCURSO JURÍDICO DOGMÁTICO
Vol. 14.1, 265-287

O PROBLEMA DA COERÊNCIA DO SISTEMA DE DIREITO POSITIVO NA VISÃO DE HANS KELSEN E LOURIVAL VILANOVA
Vol. 10, 153-170

SER E DEVER SER NA TEORIA KELSIANA DO DIREITO
Vol. 1, 94-102

UM ESTUDO SOBRE A TEORIA DA INTERPRETAÇÃO JURÍDICA NO PENSAMENTO DE HANS KELSEN
Vol. 2, 222-235

UMA LEITURA DO DIREITO ALTERNATIVO
Vol. 3, 149-174

TEORIA DO ESTADO

FALIBILIDADE DO CRITÉRIO DE INTERVENÇÃO PARA DELIMITAÇÃO DO MODELO DE ESTADO LIBERAL
Vol. 12.2, 197-210

TEORIA GERAL DO PROCESSO

A NECESSÁRIA POSTURA DO MAGISTRADO PARA OBTENÇÃO DA PACIFICAÇÃO SOCIAL
Vol. 13.2, 125-146

DA INTANGIBILIDADE DA VERDADE À IMPROPRIEDADE DOS PRINCÍPIOS DA VERDADE MATERIAL E VERDADE FORMAL
Vol. 11, 173-192

JURISDIÇÃO DEMOCRÁTICA: UMA VISÃO PROCEDIMENTALISTA PARA A TUTELA SUBSTANCIAL DOS DIREITOS
Vol. 13.2, 291-312

PONDERAÇÕES ACERCA DO CONTROLE JURISDICIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Vol. 13.1, 157-172